



# *Prefeitura Municipal de Birigui*

Estado de São Paulo  
CNPJ 46.151.718/0001-80

## **ANEXO V**

### **CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI E**

\_\_\_\_\_.

Contrato nº \_\_\_\_/2.013.

Por este instrumento de contrato, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, CNPJ nº 46.151.718/0001-80, situada na Praça James Mellor s/nº, neste ato representada por seu Prefeito, o Sr **PEDRO FELÍCIO ESTRADA BERNABÉ**, brasileiro, casado, RG nº 3.978.179-3, CPF/MF nº 362.332.348-91, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, estabelecida na Rua \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, representada neste ato por seu \_\_\_\_\_, o Sr. \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, adiante denominada **CONTRATADA**, tornam justo e acordado na presença das duas testemunhas ao final assinadas, o seguinte:

#### **Cláusula 1ª - DO OBJETO**

**1.1 – Prestação de serviços de programa de computador (software), configuração e treinamento do sistema para automação de coleta de leitura/cálculo/emissão das contas de água e esgoto, pelo período de 12 (doze) meses**, conforme especificações e quantidades descritas no lote nº \_\_\_\_ do Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº \_\_/2013 e na proposta comercial apresentada pela Contratada.

1.1.1 – A contratada deverá atender as seguintes especificações mínimas do sistema:

**1.2 – Especificação Módulo Desktop:**

1.2.1 – Utilização de formato visual gráfico, padrão Windows;

1.2.1.1 - Possibilidade de parametrização geral da parte operacional, do cálculo da fatura e da impressão da fatura;

1.2.1.2 – Possibilidade de parametrização individual por agente de leitura, permitindo configurações diferentes para cada agente bem como o uso de diversos equipamentos entre os agentes;

1.2.1.3 – Rotina de importação de arquivos do sistema gestor para o módulo móvel no formato TXT, por agente de leitura, de acordo com o lay-out que será definido e apresentado posteriormente. Este arquivo conterá todos os dados necessários ao cálculo e impressão da fatura;



# *Prefeitura Municipal de Birigui*

Estado de São Paulo  
CNPJ 46.151.718/0001-80

1.2.1.4 – Rotina de exportação de arquivos do módulo mobile para o sistema gestor no formato TXT, por agente de leitura, de acordo com o lay-out que será definido e apresentado posteriormente. Este arquivo deverá retornar todos os dados relativos a leitura, cálculo e impressão da fatura;

1.2.1.5 – Possibilidade de recebimento e envio das leituras on-line;

1.2.1.6 – Possibilidade de visualização e listagem de log do processo de leituras e impressão simultânea para leituras efetuadas no mínimo de 30 dias. A impressão deverá ser em impressoras gráficas e matriciais;

1.2.1.7 – Disponibilidade das informações de log para exportação para o sistema gestor;

1.2.1.8 – Possibilidade de customização de mensagem de saldo de consumo.

## 1.3 – Especificação Módulo Mobile:

1.3.1 – Compatível com o sistema operacional PalmOS e Windows Mobile, podendo ser utilizado tanto em Smartphones como em coletores robustos com IP54 ou superior;

1.3.2 – Compatível com impressoras que usam o padrão de programação CPCL e ESC/P;

1.3.3 – Recursos de backup automático em cartão SD e restauração de backup;

1.3.4 – Visualização de relatório de estatística de leitura, constando:

- Quantidade de leituras;
- Quantidade de visitas efetuadas e percentual;
- Quantidade de visitas não efetuadas e percentual;
- Quantidade de leituras com somente ocorrência e percentual;
- Quantidade de faturas impressas e percentual;
- Quantidade de vias impressas;
- Tempo total de leitura;
- Tempo médio de leitura;
- Maior tempo de leitura;
- Menor tempo de leitura;
- Hora da primeira leitura;
- Hora da última leitura.

1.3.5 – Consulta de quantidade de visitas por ocorrência;

1.3.6 - Relatório de consumo por rota, constando a quantidade total de leituras por rota, quantidade de leituras realizadas e quantidade de leituras não realizadas;

1.3.7 – Localização de consumidores por endereço, hidrômetro, matrícula e rota;

1.3.8 – Controle de contas retidas e não impressas, para casos de endereço de entrega ser diferente do endereço da leitura;

1.3.9 – Controle de ocorrências múltiplas;

1.3.10 – Possibilidade de mudança de ordem de leituras por rota, endereço, par/ímpar com opção crescente e decrescente;



# *Prefeitura Municipal de Birigui*

Estado de São Paulo  
CNPJ 46.151.718/0001-80

1.3.11 – Realizar o cálculo e impressão de contas conforme padrões e regras de negócio da empresa e do sistema gestor;

1.3.12 – Possibilidade de cancelamento e reimpressão da conta no ato da leitura;

1.3.13 – Possibilidade de trabalhar com telas completas com o maior número de informações possíveis e telas simplificadas com menos informações e fontes de letras maiores;

1.3.14 – Consulta de consumidores na forma de grade;

1.3.15 – Controle total via software da impressora para configuração, posicionamento de papel e verificação de Status;

1.3.16 - Possibilidade de transmissão leituras via internet convencional ou celular, leitura a leitura ou em pacotes;

1.3.17 – Possibilidade de trabalhar conectado ao servidor (contexto on-line);

1.3.18 – Controle de log das seguintes operações:

- Exportação Efetuada;
- Leitura Efetuada;
- Fatura emitida;
- Leitura Cancelada;
- Fatura Reemitida;
- Impressão desabilitada;
- Impressão habilitada;
- Restauração do cartão de backup;
- Eliminação de leituras importadas.

1.3.19 – Possibilidade de impressão da fatura em formulário de frente branca com a solução imprimindo dados e esqueleto da fatura;

1.3.20 – Tempo máximo para gravação da leitura, cálculo e impressão total da fatura após acionada a confirmação da leitura: 13 segundos;

1.3.21 – Na implantação deverá estar integrado ao sistema gestor da SMARAPD utilizado atualmente.

1.4 – O Treinamento para utilização do programa deverá ser estendido para 12 (doze) funcionários, nos locais e horários definidos pela Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto.

## **Cláusula 2ª - DO PREÇO**

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a entregar o objeto deste contrato com base no preço ofertado, fixo e irrevogável.

**2.2 - Dá-se ao presente contrato o valor total de: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).**

2.3 - No preço acima estão inclusos todos os custos dos insumos, impostos, transporte e demais obrigações da CONTRATADA até a aceitação final por parte da CONTRATANTE.

## **Cláusula 3ª - DA ENTREGA**



# *Prefeitura Municipal de Birigui*

Estado de São Paulo  
CNPJ 46.151.718/0001-80

3.1 – O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses, podendo ser renovado se houver interesse da Administração, respeitado o limite do art. 57, IV da Lei Federal nº 8.666/93, e o prazo máximo de implantação do software deverá ser o menor possível, e não superior a 30 (trinta) dias corridos, a partir do recebimento da Ordem de Serviço, expedida pela Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto, observado o disposto nos itens 5.1.6 da cláusula V do Edital do Pregão Presencial nº \_\_/2013 e 9.4 deste Contrato.

3.2 – Todas as despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto correrão exclusivamente por conta da Contratada, inclusive aquelas relacionadas com os programas em si, os serviços de implantação, funcionamento, conversão total de dados, apresentação, treinamento de pessoal, além dos deslocamentos, diárias, estadias e custo com pessoal para atendimentos técnicos “in-loco”, quando requisitado pela Prefeitura.

3.3 – No caso de necessidade de atendimento in-loco, a Prefeitura notificará a contratada que terá o prazo máximo de 12 (doze) horas para resolução do problema identificado. Em caso de necessidade de deslocamentos, hospedagem e alimentação dos técnicos, as despesas correrão exclusivamente por conta da contratada, devendo tais custos estarem previstos no valor ofertado da manutenção mensal.

## **Cláusula 4ª - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

4.1- O objeto contratual será recebido:

4.1.1 - Provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;

4.1.2 - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do mesmo, e consequente aceitação.

## **Cláusula 5ª – DA GESTÃO**

5.1 – Em atenção ao art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, ficam definidos como gestores do presente contrato os Senhores: **Marcia Sabadin Inácio Gomes** – Diretora do Departamento de Administração e Atendimento, **Solange Aparecida Saquetini Tibério** – Diretora de Arrecadação e **Juliano José Rufino da Silva** - Leiturista, lotados na Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto, ou outros que venham substituí-los para fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual.

## **Cláusula 6ª - DOS DOCUMENTOS DE COBRANÇA**



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

Estado de São Paulo  
CNPJ 46.151.718/0001-80

6.1 - A CONTRATADA fornecerá o objeto do presente, juntamente com os documentos fiscais e de cobrança, onde deverá constar: descrição do objeto e número do empenho de acordo com a Autorização de Fornecimento (AF), além dos dados bancários, tudo sem quaisquer rasuras ou emendas.

6.2 - Os documentos fiscais emitidos em desacordo com este contrato e a legislação vigente serão devolvidos à CONTRATADA, que se obriga a substituí-los na forma exigida.

### **Cláusula 7ª - DO PAGAMENTO**

7.1 - O pagamento de Conversão, customização, implantação e treinamento, será realizado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, mediante apresentação dos documentos fiscais e de cobrança, onde deverá constar: descrição do serviço, número do respectivo empenho de acordo com cada Ordem de Serviço além dos dados bancários, tudo sem quaisquer rasuras ou emendas.

7.2 - O pagamento de manutenção será mensal, devendo ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, após a prestação dos serviços e apresentação dos documentos fiscais e de cobrança, onde deverá constar: descrição do serviço, número do respectivo empenho de acordo com cada Ordem de Serviço além dos dados bancários, tudo sem quaisquer rasuras ou emendas.

7.3 - O pagamento será através de Ordem de Pagamento ou crédito em Conta Corrente da **Contratada**, junto ao Banco \_\_\_\_\_ – Agência \_\_\_\_\_ – C/C nº \_\_\_\_\_.

### **Cláusula 8ª - DOS RECURSOS**

8.1 - Todos os custos deste contrato, para esta aquisição correrão por conta da dotação:

8.1.1 - nº 02.13.00 – 17.512.0036.2.087/3.3.90.39.00 - Ficha nº 613 – Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto.

### **Cláusula 9ª – DA VIGÊNCIA**

9.1 - O prazo de execução dos serviços descritos na Cláusula 3ª deste contrato será de 12 (doze) meses, a partir do recebimento da Ordem de Serviço, expedida pela Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto, podendo ser renovado, se houver interesse da Administração.

### **Cláusula 10ª - DAS PENALIDADES E MULTA**

10.1 - A CONTRATADA, que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

10.2 - A recusa injustificada da adjudicatária em aceitar ou retirar a Nota de Empenho dentro do prazo de 03 (três) dias da ciência da homologação/adjudicação a ocorrer mediante publicação no



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

Estado de São Paulo  
CNPJ 46.151.718/0001-80

Diário Oficial do Estado de São Paulo, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a, sem prejuízo das demais sanções previstas, a multa pecuniária de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

10.3 - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Prefeitura poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.3.1 – advertência;

10.3.2 - multa indenizatória pecuniária de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, ou no caso de cumprimento irregular;

10.3.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

10.3.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 9.3.3 desta cláusula.

10.3.5 - as sanções previstas acima, poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, nos seguintes prazos:

10.3.5.1 das sanções estabelecidas no item 9.3, subitens 9.3.1, 9.3.2 e 9.3.3, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da CONTRATADA;

10.3.5.2 - da sanção estabelecida no item 9.3, subitem 9.3.4, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo ser requerida a reabilitação 02 (dois) anos após a aplicação da pena.

10.4 - O atraso injustificado da entrega do objeto, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, sujeitará a contratada à multa de 5% e juros de mora de 0,03% ao dia, até o limite de 5%, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida.

10.5 - Tudo o que for fornecido incorretamente, e portanto não aceito, deverá ser substituído por outro na especificação correta, no prazo previsto no item 4.3 do contrato;

10.5.1 - a não ocorrência de substituição no prazo definido, ensejará a aplicação da multa definida no item 9.3 deste contrato.

10.6 - As sanções previstas nos itens 9.1, 9.2, 9.3, 9.4 e subitens poderão ser aplicadas cumulativamente de acordo com as circunstâncias do caso concreto.

10.7 - O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que a contratada tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro;

10.7.1 - não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa, atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente na Tesouraria Municipal, na condição “à vista”. Na ocorrência do não pagamento, o valor poderá ser cobrado judicialmente, ou inscrito em dívida ativa.



# *Prefeitura Municipal de Birigui*

Estado de São Paulo  
CNPJ 46.151.718/0001-80

## **Cláusula 11ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

11.1- A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial nas seguintes hipóteses:-

11.1.1 não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais;

11.1.2 lentidão no fornecimento, levando a ADMINISTRAÇÃO a comprovar o não fornecimento nos prazos estipulados;

11.1.3 paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação;

11.1.4 subcontratação total ou parcial, associação, cessão ou transferência total ou parcial das obrigações da CONTRATADA a terceiros;

11.1.5 decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;

11.1.6 ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;

11.1.7 alteração ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

11.1.8 razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

## **Cláusula 12ª – DIVERSOS**

12.1- A Prefeitura se reserva o direito de solicitar à licitante vencedora o aumento ou supressão do objeto em até 25% (vinte e cinco por cento), faculdade que é outorgada pelo § 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 9.648/98.

12.2 – Durante a vigência do contrato, os preços deverão ser fixos e irrevogáveis, de acordo com o disposto no artigo 28, § 3º, inc. III da Lei Federal nº 9.069/95;

12.2.1 – Decorrido o prazo da execução do contrato e, caso haja interesse da Administração na renovação contratual, os preços poderão ser reajustados, desde que requerido pela Contratada, utilizando-se o índice IPCA – IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, tornando-se por base o mês de início da prestação de serviços.

12.3 - Correrá por conta da Contratada todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme dispositivo do Art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

## **Cláusula 13ª - DO AMPARO LEGAL**

13.1- O presente Contrato é regido pelas disposições contidas na Lei Federal nº 10520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.186, de 14 de junho de 2007 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, atualizada, e



